
Efeitos Da Divulgação Da Prestação De Contas Sobre As Doações Individuais Para Entidades Do Terceiro Setor: Um Estudo De Caso Experimental Com Alunos De Ciências Contábeis

Resumo

O presente estudo objetiva analisar a importância dada pelos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) quanto à Prestação de Contas elaboradas pelas entidades do Terceiro Setor, concernente às doações realizadas pela sociedade. Para o alcance deste objetivo foi realizada uma pesquisa de campo baseada em Entidades de Assistência Social, situadas na Cidade de Dourados – MS, e com os acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UFGD. Os dados foram coletados nos dois universos de estudo dentro do mês de Setembro de 2010. A pesquisa evidenciou que a Prestação de Contas é considerada pelos acadêmicos de Ciências Contábeis de grande importância para manter a credibilidade e confiança para com seus doadores, comprovando que é através dela que as entidades mantêm seus doadores sempre informados e atualizados sobre a aplicação dos recursos arrecadados e das ações por elas desenvolvidas. Para as entidades de assistência social, a pesquisa evidenciou que todas as entidades são mantidas por doações. Observou-se também que as entidades prestam contas ao Estado, ao Município, aos Órgãos da Justiça e aos de Fiscalização, pois estes órgãos exigem prestação de contas para liberarem recursos às entidades. Quanto à divulgação da Prestação de Contas, verificou-se que o jornal é o meio mais utilizado.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Entidades de Assistência Social. Prestação de Contas. Doadores. Acadêmicos.

1. INTRODUÇÃO

Muito se tem ouvido falar sobre instituições sem fins lucrativos, filantropia, trabalho voluntário, organizações não governamentais (ONGs), dentre outros. Na verdade, todas essas organizações são pertencentes ao chamado “terceiro setor”, que surgiu para provocar mudanças nos indivíduos e na sociedade por meio do desenvolvimento de ações para alcance de objetivos pré-determinados, porém, sem objetivar lucros.

Essas instituições vêm crescendo muito nos últimos anos, demonstrando a importância que a sua atuação ganha dentro da sociedade. De acordo com Silva (2006, p. 27), isso ocorre devido à ineficiência do Estado em cumprir suas obrigações para com a população:

A minimização da atuação do estado deixa lacunas perversas, sobretudo, na área social, fazendo com que invariavelmente, comecem a surgir movimentos cujo propósito é a tentativa de satisfazer tais carências. [...] esses movimentos parecem emergir a partir da articulação da sociedade civil organizada com vistas à própria comunidade, ou melhor, com vistas às suas enfermidades sociais.

Conforme o art. 6º da Constituição Federal de 1988, os direitos sociais dos cidadãos são constituídos por educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Entretanto, o Estado não consegue atender a toda essa demanda:

As organizações que atuam no terceiro setor procuram abordar ou resolver, ainda que em parte, os problemas sociais, catalisando as demandas da sociedade e buscando novas soluções ou novas propostas [...] este setor atende às necessidades humanas básicas, tais como: educação, saúde, habitação, bem-estar social, geração de oportunidades de emprego, entre outras. (VILANOVA, 2004, p. 2).

Para o funcionamento e desempenho de suas atividades, esse tipo de organização necessita de recursos financeiros, materiais, humanos e tecnológicos, que geralmente são oriundos de doações da sociedade e de instituições públicas. Outro meio é a realização de campanhas divulgadas pelos meios de comunicação ou por outras estratégias de marketing e de relações públicas, tais como telefonemas, eventos, malas-diretas, visitas, e-mails, etc.

Falconer (1999, p. 131) explica que “para atingir sucesso e simultaneamente, maximizar o benefício social de sua atuação, as organizações devem, obrigatoriamente, prestar contas a alguém”.

Para Iudicibus e Marion (2009, p. 1), “A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a tomada de decisão. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem para a tomada de decisão”.

Diante desses aspectos, o uso adequado dos instrumentos da contabilidade pode auxiliar na transparência da demonstração dos resultados apresentados pelas entidades sociais, tornando-se um fator determinante para sua sobrevivência, além de garantir um fluxo contínuo de recursos, possibilitando uma melhor atuação na sociedade.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é de verificar a importância atribuída pelos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UFGD quanto à Prestação de contas das Entidades de Assistência Social.

O presente trabalho está dividido da seguinte forma: o capítulo 1 apresenta a introdução; o capítulo 2 aborda alguns conceitos relacionados ao Terceiro Setor, como também a forma de tributação dessas instituições, a origem dos recursos utilizados nos projetos de assistência social e a contabilidade como instrumento de prestação de contas; e, por fim, o capítulo 3 analisa os resultados da pesquisa.

Para efetivação deste estudo, realizou-se uma pesquisa de campo, através da aplicação de questionários, respondidos pelas entidades de assistência social situadas em Dourados/MS que possuem o registro junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Com os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da UFGD, também foram levantadas informações que irão contribuir para a conclusão do trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. TERCEIRO SETOR: SURGIMENTO E ASPECTOS CONCEITUAIS

No que tange ao seu surgimento do Terceiro Setor, Gimenes afirma que este:

[...] surgiu a partir da mobilização da própria sociedade civil na tentativa de sanear suas necessidades, em decorrência da incapacidade do Estado em atender as carências sociais da população, [...] a base das ações desenvolvidas pelas organizações que compõem esse segmento, é na verdade, a execução de ações de cidadania, praticadas desde antes da sociedade civil (2010, p. 133).

Quanto ao conceito de Terceiro Setor, seria uma definição limitada, considerá-lo como sendo apenas o conjunto de instituições sem finalidades lucrativas. Por isso, faz-se necessário reflexões levantadas por alguns autores sobre as características dessas entidades.

Para Vilanova (2004, p. 32), “O terceiro setor é o conjunto de organizações privadas que desenvolvem ações que visam prestação de serviços considerados de interesse público, cujos resultados alcançados se revertem à própria sociedade”.

Já Fernandes (1997, p. 27) por outra vertente explica que:

[...] pode-se dizer que o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 1997, p. 27).

Lima (2008, p.61) ressalta que este é constituído por:

[...] em entidades que têm por objetivos o bem público ou de determinado grupo de pessoas; que desenvolvem atividades nos campos da assistência social, saúde, educação, cidadania, cultura e lazer, visando auxiliar o Estado em seu fim institucional, melhorias na qualidade de vida e otimização de recursos, provocando, dessa forma, mudanças na sociedade e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado a partir de doações: financeiras, materiais, tecnológicas e de recursos humanos, mensalidades, subvenções, e convênios com entidades públicas e privadas, não podendo, de forma alguma, seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes receber qualquer remuneração, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (2008, p. 61).

Posto isto, o Terceiro Setor pode ser entendido como uma organização de pessoas, unidas em instituições que arrecadam recursos, sem objetivar lucros e, assim, auxiliam o Estado a realizar seu papel social e atender às necessidades da sociedade.

2.2. ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

As organizações sem fins lucrativos possuem natureza jurídica e caracterizam-se, principalmente, pela não distribuição de lucros e, ainda, por não estarem sujeitas ao controle estatal. Toda sua receita deve ser reinvestida na instituição sob forma de melhorias na manutenção física e no desenvolvimento de ações sociais.

Olak (2000, p. 28) apresenta as principais características das entidades sem fins lucrativos, aqui denominadas organizações do Terceiro Setor, da seguinte forma:

1	Objetivos Institucionais	Provocar mudanças sociais
2	Principais fontes de recursos financeiros e materiais	Doações, contribuições, subvenções e prestação de serviço comunitário
3	Lucro	Meio para atingir os objetivos institucionais e não um fim
4	Patrimônio/Resultados	Não há participação/distribuição aos provedores
5	Aspectos fiscais e tributários	Normalmente são imunes ou isentos
6	Mensuração do resultado social	Difícil de ser mensurado monetária e economicamente

Quadro 1: Características de Organizações do Terceiro Setor

Fonte: Olak (2000, p.28).

2.3.FORMA JURÍDICA

As organizações do Terceiro Setor são pessoas jurídicas de direito privado por serem constituídas sob a forma de Associações ou Fundações, conforme preconiza o art. 44 do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, “São pessoas Jurídicas de direito privado: I – As associações; II – As sociedades; III – As fundações; IV – As organizações religiosas; V – Os partidos políticos”.

2.4 FUNDAÇÕES

No dizer de Szazi, fundação é “[...] um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por seu instituidor.” (2003, p. 37).

Já o art. 62 do Código Civil Brasileiro, em seu parágrafo único, descreve:

As fundações somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Fugindo desses fins específicos, a fundação não será constituída, ou, se já em funcionamento, deverá ser extinta e o patrimônio remanescente será incorporado ao de outra fundação, designada pelo Juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante ao da fundação em extinção (Art. 62 do CCB).

2.5 ASSOCIAÇÕES

O Código Civil Brasileiro, em seu artigo 54, explicita: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Parágrafo único: Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos”. Portanto, associação é uma entidade de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa.

O que diferencia fundação de associação é que: a associação não prescinde de capital. Nasce da motivação de pessoas, em prol de um determinado objetivo, seja ele social ou não. A fundação nasce com capital, por meio de dotação de seus fundadores, e sua vocação obrigatoriamente terá de ser moral, religiosa, assistencial ou cultural, segundo o novo Código Civil (Lei nº 10.460/02).

2.6 FORMAS DE TRIBUTAÇÃO

Para o CFC (2008, p. 37), “as entidades de interesse social que atuam em benefício da sociedade, sem a finalidade de lucro, têm uma função social de mais alta relevância. Suas atividades são tipicamente públicas, apesar de serem pessoas jurídicas de direito privado. Tendo em vista que o Estado não consegue desempenhar seu papel social de maneira satisfatória, a sociedade se organiza em associações e fundações, buscando, ao menos, amenizar essa inoperância”.

Reconhecendo a importância do trabalho das instituições de interesse social, o poder público tem procurado conceder alguns registros e títulos, atendendo aos requisitos legais que lhes proporcionam benefícios, como, por exemplo, a Imunidade e a Isenção de tributos e, ainda, a possibilidade do recebimento de recursos públicos por meio de convênios, contratos, subvenções sociais e termos de parceria.

Conforme o CFC (2008, p.40), “os principais títulos fornecidos pelo governo são: Título de Utilidade Pública Federal, Registro de Entidades Beneficentes de assistência social, Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Para obtenção desses títulos, a entidade deve seguir alguns pré-requisitos estabelecidos na lei que rege cada título”.

2.6.1 IMUNIDADE

A imunidade decorre de norma constitucional, que impõe vedações de diversas naturezas ao poder público, no que diz respeito às instituições, majoração, tratamento desigual, cobrança de tributos, entre outros. Quanto às entidades de interesse social, a Constituição Federal estabelece a seguinte vedação:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] VI – instituir imposto sobre: [...] c) patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei (BRASIL, art. 150, 1988).

Os requisitos contidos no Código Tributário Nacional (C.T.N., art.14, incisos I, II, II,) dispõem o seguinte:

Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do art. 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas: I – não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; II – aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; III – manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Se a qualquer momento a fiscalização verificar que a entidade não está atendendo a qualquer um dos requisitos legais pré-estabelecidos, a imunidade será cassada e a entidade passará a recolher todos os tributos devidos.

Os impostos abrangidos pela imunidade tributária são aqueles relativos ao patrimônio, renda e serviço das fundações e associações que se enquadram nas regras citadas acima, estando distribuídos nas três esferas da seguinte maneira:

Federal	Estadual	Municipal
Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza (IR)	Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
Imposto sobre produtos industrializados (IPI)	Imposto sobre a Propriedade de veículos Automotores (IPVA)	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
Imposto Territorial Rural (ITR)	Imposto sobre Transmissão causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos (ITCD)	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI)
Imposto sobre Importação (II)		
Imposto sobre Exportação (IE)		

Quadro 2: Impostos que abrangem a Imunidade Tributária.

Fonte: CFC, 2008, p.39.

2.6.2. ISENÇÃO

Isenção pode ser entendida como a inexigibilidade temporária do tributo previsto em lei, mesmo com a ocorrência do fato gerador e, em tese, da obrigação tributária, ou seja, é a desobrigação legal do pagamento do tributo, como explica Lima (2008, p. 40):

A isenção é definida como a dispensa de recolhimento de tributos que o Estado concede através de leis infraconstitucionais. Nota-se, nesse caso, que existe previsão legal para a cobrança do tributo, mas que, com a autorização do poder legislativo e mediante determinadas condições, o Estado pode ou não cobrar o tributo por um determinado período de tempo.

De acordo com o autor acima, a diferença entre essas duas formas está relacionada ao recolhimento do tributo. No caso da isenção, o Estado pode cobrar o tributo em um determinado período e conceder isenção em outro, ou mesmo revogar a isenção, já que existe previsão legal para a cobrança do encargo. Enquanto que a imunidade somente pode ser revogada ou alterada mediante emenda constitucional.

2.7. CONTABILIDADE DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Muller (2010) define a contabilidade como a ciência que estuda o desenvolvimento do patrimônio de uma pessoa, física ou jurídica, seus resultados e reflexos, sua evolução, sua gerência e seu futuro, conceito este que deve ser entendido amplamente, e não de modo restrito.

Ao definir a contabilidade, nota-se que se trata da ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro dos atos e fatos de uma administração econômica, servindo como ferramenta para o gerenciamento da evolução do patrimônio de uma entidade. A contabilidade serve, principalmente, para a prestação de contas entre sócios e terceiros, e também entre os demais usuários, em especial as Fazendas Fiscais, Federal, Estaduais e Municipais.

A Contabilidade tem o patrimônio das empresas como seu objeto de estudo. Objetiva revelar como se encontram e quais os fatores que proporcionaram mutações ao mesmo, fornecendo, assim, informações úteis à tomada de decisões.

A Contabilidade para o Terceiro Setor é de grande importância, pois uma vez recebidos os recursos tanto pelo setor público quanto pelo setor privado cabe à entidade prestar contas aos seus investidores sociais, bem como da maneira como se utiliza dos recursos. Os provedores querem saber se os recursos colocados à disposição dos gestores foram aplicados nos projetos institucionais, ou seja, se a entidade foi eficaz. Se isso não ocorrer, provavelmente, tais entidades terão seus recursos restritos ou até mesmo cortados. (OLAK e NACIMENTO, 2006).

Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) T 10.19.2.5, disponibilizadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, superávit ou déficit, de forma segregada, quando identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social, técnico-científica, comercial, industrial ou de prestação de serviços.

Cruz et al (2008, p. 3) ressaltam que

As informações geradas pela contabilidade devem abranger não só aspectos financeiros e econômicos, (apesar de constituírem o núcleo central da contabilidade). Mas também físicos e de produtividade, ou seja, as entidades precisam dar ênfase a evidenciação ou divulgação (disclosure) de todas as informações que permitam a avaliação da sua situação, provendo os seus usuários (como os doadores) de elementos importantes para seu processo decisório.

As instituições sem fins lucrativos brasileiras, considerando as exigências do Conselho Federal de Contabilidade, devem elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit, a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social. Tais demonstrações são complementadas por Notas Explicativas.

Dentre outras medidas para o fortalecimento do Terceiro Setor, a Lei 9.790 de 1999 obriga as instituições pertencentes e classificadas como organizações do Terceiro Setor a tornarem públicas suas demonstrações contábeis e relatórios de atividades, contribuindo, assim, para o aumento da confiabilidade e credibilidade dos trabalhos por elas desenvolvidos.

A Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício (DSDE) é uma informação contábil de natureza econômica muito importante. Olak e Nascimento (2006, p. 74) definem que o principal objetivo da DSDE nas organizações do terceiro setor é “[...] evidenciar todas as atividades desenvolvidas pelos gestores relativas a um determinado período de tempo, denominado ‘exercício’”. Diante disso, discute-se o formato e a utilização da Demonstração de Superávit ou Déficit prevista na legislação brasileira.

Tendo em vista que as entidades não possuem finalidade lucrativa, elas não atuam para proteger dividendos, ao contrário, estas garantem que as doações sejam utilizadas de modo a maximizar os benefícios ao público alvo das entidades. A contabilidade contribui para a

sobrevivência das organizações do terceiro setor, pois é através de demonstrações transparentes e confiáveis de seus atos que os doadores avaliam a entidade.

2.8. FORMAS DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS

Para muitas entidades, a captação de recursos é um dos grandes desafios na gestão do terceiro setor. Por isso, aqueles que melhor atendem às necessidades dos doadores, com informações confiáveis, terão maior probabilidade de captação.

Entre as fontes de recursos das entidades do Terceiro Setor estão as contribuições voluntárias de pessoas físicas ou jurídicas, as doações, os recursos públicos, e os recursos oriundos de eventuais promoções: estes são alguns dos investimentos nas organizações do terceiro setor.

2.8.1. DOAÇÕES

O Código Civil Brasileiro de 2002 no artigo 538 define doação como “o contrato em que uma pessoa, por liberdade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra”. Já o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 302) a entende como: “Transferências gratuitas, em caráter definitivo, de recursos financeiros ou do direito de propriedade e bens com finalidade de custeio, investimento e imobilizações sem contrapartida do beneficiário”.

Logo, pode-se concluir, com base nos fatos supracitados, que doações são transferências voluntárias de recursos financeiros ou não às organizações do terceiro setor, sem contrapartida de benefícios dos recursos e livre de qualquer restrição.

2.8.2. CONTRIBUIÇÕES

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 301), contribuições são:

Transferências correntes ou de capital previstas na lei orçamentária ou especial concedidas por entes governamentais à autarquia, fundações e a entidades sem fins lucrativos, sendo: transferências correntes destinadas à aplicação em custeio e a manutenção destas, sem contrapartida de bens ou serviços da beneficiária dos recursos e; transferência de Capital: destinadas aos investimentos ou inversões financeiras.

Para Olak (2008, p. 28):

As contribuições são recursos pecuniários provenientes de associados e outros indivíduos ou empresas que se comprometem, periodicamente, a contribuir para a manutenção da entidade como um todo, ou, especificamente para execução de uma obra, um projeto ou uma atividade.

Conforme as definições acima, observa-se que as contribuições se diferenciam das doações por sua periodicidade e limitação á recursos pecuniários.

2.8.3. SUBVENÇÕES

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 301), as subvenções são contribuições pecuniárias, previstas em lei orçamentária concedidas por órgãos do setor

público à entidade, com o objetivo de cobrir despesas com a manutenção e custeio, com ou sem contraprestação de bens ou serviços pela entidade beneficiada.

2.9. PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 78) define prestação de contas como:

[...] o conjunto de documentos e informações disponibilizadas pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei.

O Tribunal de Contas da União (TCU, 2008) considera a prestação de contas como uma “obrigação social e pública de prestar informações sobre algo pelo qual se é responsável”. Ainda estabelece que ela é a base da transparência e do controle social. Segundo Olak e Nascimento (2008, p. 24),

Os relatórios de prestação de contas são normalmente, compostos por elementos que identifiquem aspectos históricos da instituição, missão, e objetivos, dados estatísticos, evolução, atividades desenvolvidas no período, principais administradores, descrição de convenio, parecerias e contratos, pessoas atendidas, planejamento para a gestão do período seguinte dentre outras.

Desta forma, a prestação de contas nada mais é do que um relatório elaborado pela entidade do Terceiro Setor, importante instrumento para a transparência de seu processo de gestão, sendo destinado a quem possa interessar. Este deve ser levado, primeiramente, ao conhecimento do órgão deliberativo da entidade e somente depois ao órgão público responsável.

Com base no estabelecido pelo CFC (2008, p. 78), seguem algumas sugestões para instrução do processo de prestação de contas normalmente exigida é composta por relatório de atividade, Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Déficit ou Superávit do Exercício, Demonstração das Origens de Recursos e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social), Informação Bancária, Inventário Patrimonial, Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Parecer do Conselho Fiscal, Parecer e relatório de auditoria independente, Cópia de convênio, contrato e termo de parceria.

Os órgãos que exigem a prestação de contas são o Ministério Público, o Ministério da Justiça, o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, bem como o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e os órgãos que celebram termos de parceria com OSCIPs.

Conforme Gimenes (2010), a prestação de contas é também uma forma de fiscalização destas organizações, visto que as entidades devem atender a determinados requisitos em sua elaboração, para então, poderem receber recursos estatais e até mesmo privados para o desenvolvimento de suas ações.

Sendo assim, a conscientização das próprias organizações sem fins lucrativos e da sociedade em geral, sobre a importância da transparência na gestão destas é primordial ao funcionamento e ao aumento da destinação de recursos.

Portanto, é através da divulgação de uma prestação de contas transparente e confiável que se aumentam as chances de surgirem novos investidores individuais e empresariais, mantendo a fidelidade dos que já contribuem.

2.10. OS MOTIVOS QUE LEVAM À DOAÇÃO

Para Coelho (2002, p. 31), “as associações voluntárias sempre estiveram presentes nas comunidades, e antecedem o surgimento do welfare state (Estado de bem-estar social, também conhecido como Estado-providência) . Nos primórdios, elas eram em sua maioria ligadas às organizações religiosas e técnicas, pois os valores religiosos sempre foram um bom terreno para o desenvolvimento do setor voluntário. Todas as tradições religiosas ressaltam o papel de instituições como a família, os amigos, os vizinhos e a igreja como as primeiras instâncias as quais apelar em tempos de necessidade”. A autora completa que as razões altruísticas também são pontos de motivação para se contribuir com uma entidade social. “[...] o altruísmo ocorre quando o indivíduo se sente compelido a ajudar o mais desafortunado e em piores condições de vida, a aderir uma importante causa social ou a assumir suas responsabilidades com a comunidade”.

Pereira apud Cruz (2010, p. 11) apresenta a análise sobre os fatores que motivam o brasileiro a fazer doações, identificando a causa como fator principal. Entretanto, os resultados ainda sinalizam “[...] que as pessoas preferem contribuir para instituições que mostram transparência em suas ações e na forma como aplicam os recursos captados, que transmitem confiança e credibilidade [...]”. Uma vez definida a causa, outros critérios orientam os doadores em suas escolhas: “[...] pessoas não contribuem para causas sociais por não acreditarem na seriedade das instituições que se responsabilizam por elas, por acharem que são mal administradas”. Esse estudo sugere que a ausência de transparência pode afetar as doações, porém ele não investiga especificamente a influência da informação contábil sobre o processo decisório dos doadores.

Assim, entende-se que dentre os motivos que levam um investidor social a contribuir com as entidades do terceiro setor estão a cultura religiosa, a causa da instituição, o altruísmo e a transparência e divulgação das informações contábeis, pois a informação contábil pode influenciar a decisão do doador quanto à destinação dos recursos nas instituições do terceiro setor. Porém, ela está condicionada à disponibilidade da referida informação ao investidor social.

3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa adotará os procedimentos metodológicos necessários ao seu desenvolvimento, investigação, elaboração e conclusões finais. Para a classificação da pesquisa, toma-se como base a taxionomia apresentada por Vergara, que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios (VERGARA 1990, p. 49).

Quanto aos fins, é descritiva, pois visa descrever percepções, expectativas e sugestões dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da UFGD, acerca das entidades de assistência social, sem fins lucrativos, de Dourados MS.

Quanto aos meios, pode ser classificada como pesquisa bibliográfica e de campo. Torna-se bibliográfica porque para a fundamentação teórico-metodológica será realizada uma investigação sobre os conceitos relacionados ao terceiro setor. É classificada como de campo, já que serão contrapostos tais conceitos com as informações investigadas nas entidades estudadas, como expõe Vergara (1990, p. 49): “[...] a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”.

A partir desse entendimento, para que haja uma real compreensão da importância do tema proposto, tanto por parte dos acadêmicos de contabilidade, quanto pela sociedade em

geral, o presente estudo procurará confrontar os dados obtidos na pesquisa com o aparato teórico apresentado acerca do assunto.

Os estudos de Lakatos e Marconi (1988, p. 110) mostram que é importante “[...] correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que sirva de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos e levantados [...]”.

Desta forma, o universo do estudo, primeiramente, é representado pelas entidades de assistência social, cadastradas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) situadas na cidade de Dourados - MS. Foram elaborados pela autora questionários, com seis questões de caráter quantitativo e qualitativo (questões abertas e fechadas), foram enviados por email para todas as entidades cadastradas no CMAS no total de quinze. Porém, apenas seis retornaram resposta, ou seja, 40%, do montante pesquisado.

O segundo universo da pesquisa é representado por todos os alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Grande Dourados. Foram entrevistados cento e trinta e quatro acadêmicos, ou seja, 49,8% dos duzentos e sessenta e nove alunos matriculados no curso de Ciências Contábeis da Instituição, escolhidos por acessibilidade.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado, com 10 questões fechadas, de modo que em duas delas os alunos puderam justificar suas respostas. A tabulação e análise dos dados foram realizadas por meio da ferramenta Microsoft Excel 2007. Além disso, os dados foram tratados por meio da estatística descritiva, utilizando técnicas qualitativas de frequência.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1. ENTIDADES

No questionário primeiramente descrevem-se os dados das entidades. Das entidades respondentes a mais antiga foi fundada em 1954 e a mais nova em 1996. Essas entidades desenvolvem ação social com crianças, adolescentes, idosos e também destina projetos referentes à assistência familiar e à saúde.

Questão 1. A entidade recebe doação?

Questão 2. Se positivo como são recebidas essas doações:

Todas as entidades responderam que são mantidas por doações, advindas de várias formas, sendo que todas as elas recebem doações em espécie de pessoas físicas e em gêneros alimentícios e material de uso. Do total das doações, 66,6% são feitas em espécie de pessoas jurídicas; 83,3% recebem doações relacionadas a recursos humanos, que seria através de serviço voluntário, e 83,3 recebem doações do governo.

Constata-se que a totalidade das entidades pesquisadas recebe doações em dinheiro, alimentos e materiais de uso e consumo, de modo que as doações provenientes de pessoa jurídica foram as que apresentaram menor percentual.

Tais dados permitem concluir que para manterem as atividades, todas as instituições necessitam de um mix de doações, sendo indispensável à contribuição de todos os doadores, sejam eles entes estatais, empresas ou mesmo pessoas físicas, tendo em vista a tipicidade dos projetos englobados.

Questão 3. Existem exigências de prestação de contas por parte de algum órgão que faz doação a entidade?

Observou-se que 49,2% responderam que sim e 50,8 responderam que não, as entidades prestam contas ao Estado, ao Município, aos Órgãos da Justiça e os de Fiscalização, pois eles exigem prestação de contas para liberarem recursos a estas entidades.

Questão 4. Que tipo de informações são fornecidas à sociedade sobre as atividades desenvolvidas pela entidade?

Sobre as informações que as entidades elaboram para seus contribuintes, verificou-se que 83,3% das entidades entrevistadas demonstram através de Balanço Patrimonial e Demonstração de Déficit e Superávit, 50% através de balanço Social, 83,33 através de Relatório de Atividade Social e Relatório de Atendimento, e 33,33 através de Notas Explicativas.

Pode-se constatar que nem todas as entidades elaboram BP e DS, mesmo essas demonstrações sendo obrigatórias para esse tipo de entidade, o que demonstra uma falta de apego aos conceitos contábeis, assim como as normas legais. O que agrava ainda mais o ponto anterior é o fato da pouca utilização das notas explicativas, por mais que esse tipo de informação não seja obrigatório como no caso do BP e da DS, ela serve como intermediária do conhecimento para os leigos no assunto o que poderia fomentar as doações.

Questão 5. Como são divulgadas essas informações?

Pode-se observar que dentre as entidades pesquisadas a maioria divulga sua prestação de contas através de Jornal. Nenhuma delas divulga sua prestação de contas via internet, apenas uma não divulga sua prestação de contas em nenhum meio de comunicação.

O fato de o jornal ter sido o mais utilizado como meio de divulgação pode ser explicado abordando a tipicidade do público-alvo. Este se trata de pessoas ou entidades residentes ou situadas na cidade de Dourados, o que por sua vez justifica a utilização desse meio de informação por se tratar do mais próximo destes usuários.

A falta de investimento na divulgação das informações à sociedade em geral gera menos arrecadação de recursos para as entidades. Isso se torna preocupante já que as entidades sobrevivem de doações. Vale ressaltar que sem essas informações as entidades deixam de transparecer a sua atividade junto à população, reduzindo as suas possibilidades de uma possível colaboração e de angariar novos beneméritos.

Questão 6. No seu entender, uma Instituição que presta contas aos seus doadores pode arrecadar mais recursos?

A totalidade dos entrevistados, ou seja, 100% respondeu que é importante prestar contas aos doadores, pois para a entidade é uma forma de manter seus doadores sempre informados de como estão sendo aplicados os recursos arrecadados. A transparência da administração da entidade aliada à credibilidade junto aos colaboradores gera a confiança que motiva as pessoas a ajudarem mais.

As entidades admitem que a prestação de contas é uma ferramenta que gera credibilidade com seus doadores, pois eles são os mantenedores da entidade e merecem serem reconhecidos.

Pode-se perceber que as entidades priorizam prestar contas aos órgãos que exigem esta prestação de contas como ferramenta para liberação de recursos, e para manterem o registro necessário para obterem os benefícios fiscais. Já no caso da comunidade em geral, de onde vem a maior parte dos recursos esta prestação é deixada em segundo plano, o que demonstra um agravante aos objetivos de arrecadação das entidades, tendo em vista que elas desprezam um importante grupo de possíveis colaboradores.

4.2. ACADÊMICOS

Essa seção primeiramente descreve o perfil dos respondentes, e na seqüência apresenta a visão dos acadêmicos sobre a importância da prestação de contas elaboradas pelas entidades de assistência social pertencentes ao Terceiro Setor. A amostra foi composta por todos os alunos do curso de ciências contábeis, presentes em sala de aula, na data da aplicação dos questionários, aplicado durante o mês de Setembro de 2010. O tempo médio de resposta foi de 10 minutos.

Por meio da tabulação dos dados, constatou-se que dos respondentes a maioria, ou seja, 68,6%, possui idade entre 17 e 25 anos, 25,5% de 26 a 35 anos e 6% possuem idade acima de 35 anos.

Observou-se também que a maioria dos entrevistados, ou seja, 78,4%, reside na cidade de Dourados e apenas 21,6% moram em cidades vizinhas.

A primeira questão infere sobre o conhecimento que o respondente possui quanto à existência do Terceiro Setor.

Questão 1. Você sabe o que é Terceiro Setor?

Constatou-se que 75,4% dos entrevistados possuem conhecimento sobre o Terceiro Setor, enquanto que 24,6% não possuem. Esta constatação demonstra certo grau de desinformação relativo aos estudantes, pois se verifica que quase um quarto dos presentes não tem conhecimento de tal terminologia. Isso gera certa preocupação por se tratar do meio acadêmico, em que uma das principais funções é o desenvolvimento da informação para agregação de valor ao ser humano fomentando o seu desenvolvimento, não só como acadêmico, mas também como futuro profissional das ciências contábeis.

Questão 2. Você entende que as Instituições de Assistência Social desempenham um papel importante para a sociedade?

Observa-se que a maioria dos respondentes, ou seja, 95,5%, acredita que as Instituições de Assistência Social desempenham um papel importante dentro da sociedade e 4,5% acreditam que elas são irrelevantes. Tal resultado possibilita visualizar o reconhecimento demonstrado pela comunidade acadêmica pertencente aos discentes do curso de ciências contábeis, a importância das Entidades de Assistência Social como instituições úteis a toda sociedade.

Questão 3. Você sabe o que é Entidades de Assistência Social?

Sobre as entidades de Assistência Social que fazem parte do Terceiro Setor, 74,6% dos entrevistados sabem o que é uma entidade de Assistência Social e as atividades que elas desenvolvem, e 25,4% não sabem o que é Entidade de Assistência Social. Tal porcentagem demonstra certa preocupação já que por mais que esses acadêmicos reconheçam a importância das entidades e de sua atividade como visualizado na questão anterior, os mesmos não sabem definir com clareza o que vem a ser tal entidade.

Questão 4. Você conhece alguma Entidade de Assistência Social, situada em Dourados/ MS?

Dentre os entrevistados, 49,2% conhecem pelo menos uma entidade dentre as várias que existem em Dourados/ MS, e 50,8% não conhecem nenhuma entidade de assistência Social de Dourados/ MS.

O grande índice de acadêmicos que não conhecem nenhuma entidade de Assistência Social situada em Dourados é preocupante, tendo em vista que do espaço amostral pesquisado 78,4 % tratam-se de moradores da mesma, enquanto apenas 21,6% são pessoas que residem nos demais municípios da região.

Questão 5. Você já contribuiu com alguma delas nos últimos 12 meses:

Pode-se observar, por um lado, que a maioria dos entrevistados, ou seja, 78,4%, não fez nenhum tipo de doação nos últimos 12 meses a Entidades de Assistência Social. Por outro, apenas 21,6% contribuíram com alguma dessas entidades nos últimos 12 meses.

Apesar de os acadêmicos considerarem importante o trabalho que as Entidades de Assistência Social desenvolvem para a sociedade, muitos deles não contribuem para que esse trabalho seja contínuo.

Este fato pode advir dos mais diversos fatores, seja pela falta de senso de obrigação social ou mesmo por considerar que essa responsabilidade é advinda do Estado, isto é, do poder público que deve zelar pelo bem social como um todo, conforme Constituição Federal de 1988 art.6º, se ponderar que tal questão não pode ser plenamente respondida dentro do contexto desta pesquisa investigativa, sendo dada como possibilidade para pesquisas futuras que abordem mais profundamente essa parte específica do tema.

Questão 6. Você considera Importante uma instituição de Assistência Social prestar contas aos seus Contribuintes/doadores?

Dentre os entrevistados, 94,7% responderam que sim, que consideram importante a entidade prestar contas aos doadores e apenas 5,3% responderam que não consideram importante.

Ressalta-se aqui um paradoxo, com as questões anteriores, advindo do comparativo entre essa correlação da importância dada pelos acadêmicos, já que todas as questões reforçam esse entendimento, com a efetiva contribuição, que é um fator inversamente proporcional ao entendimento encontrado. Isso levando em consideração que o ponto chave é o seguinte: por mais que quando sugestionados da importância das doações, os acadêmicos, em sua maioria, concordam com a relevância do assunto. Porém, ao mesmo tempo não transformam esse efetivo conhecimento em doações ou contribuições propriamente ditas, o que gera mais um ponto importante para ser abordado em pesquisas futuras, a fim de possibilitar uma maior compreensão do porquê esse fato ocorre.

Questão 7. Você doaria algum recurso para uma Instituição de Assistência Social que não presta contas de suas ações aos seus doadores?

Observa-se que 79,9% dos acadêmicos não doariam a esta entidade; já 20,1% doariam. Tal porcentagem sugestiona os resultados anteriores, já que na grande maioria dos casos ficou demonstrado que os acadêmicos não realizam essas contribuições, com ou sem informações de prestação de contas apesar de considerarem importantes as publicações destas informações.

Questão 8. Você acredita que o fornecimento da prestação de contas pode influenciar os doadores no momento de se fazer a doação?

Sobre a influência do fornecimento da prestação de contas aos doadores no momento da doação e no valor a ser doado, percebe-se que 96,3% concordam que a prestação de contas pode influenciar no momento de efetuar a doação e o valor a contribuir com esta entidade. Verifica-se que apenas 3,7% discordam. Ressalta-se que o resultado obtido no questionário evidencia que os acadêmicos têm notório reconhecimento da prestação de tais informações como forma de agregar valor à instituição que presta a atividade social, reconhecendo a

importância para obtenção de recursos advindos da comunidade como um todo, bem como das empresas situadas na cidade, já que os mesmos não contribuem com tais entidades, com exceção de pequena parcela representada por 21,6% dos entrevistados.

Questão 9. Se você fosse um contribuinte e recebesse uma prestação de contas detalhada sobre como está sendo utilizada sua doação, você poderia fazer uma doação maior a essa instituição?

Percebe-se que 64,9% fariam uma doação maior à entidade; já 35,1% não fariam doação maior a esta entidade, o que demonstra um entendimento derivado do consciente social, já que é público o conhecimento de tal importância, mas ao mesmo tempo a prática de tal ato não se demonstra dentro do meio acadêmico.

Finalizando o questionário perguntou-se aos acadêmicos:

Questão 10. Dentre os motivos abaixo quais você considera importantes para se tornar contribuinte/doador de uma Instituição de Assistência Social. Enumere por ordem de preferência:

Amor à causa da Entidade; a Atividade que a entidade desenvolve; a transparência nas ações desenvolvidas; divulgação da prestação de contas; o Altruísmo e os valores religiosos.

Os resultados obtidos verificaram que os principais motivos que influenciam os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis na doação são: em primeiro lugar, a transparência na prestação de contas, em segundo, a divulgação da mesma e, em terceiro, as atividades que a entidade desenvolve.

Observa-se que estes por serem acadêmicos, do Curso de Ciências Contábeis e comprometidos em demonstrar as reais situações de qualquer empresa, acreditam que a Prestação de Contas é a forma de manter os doadores sempre atualizados das ações que ocorrem na Entidade e, também, dos recursos aplicados. Isso gera confiança e credibilidade entre a entidade e os seus doadores, o que pode atrair novos colaboradores. Isso leva a crer que o reconhecimento da importância da prestação de contas tem uma relação direta com a futura profissão dos entrevistados muito mais latente que a prática de ações sociais pelos mesmos. Esse fato propõe a realização de um estudo futuro com acadêmicos de áreas correlatas, como, por exemplo, Economia, Administração e Ciências Sociais, a fim de traçar-se um comparativo com o resultado encontrado no meio acadêmico dos contadores, visualizando averiguar se realmente esse conhecimento é derivado da carreira escolhida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da transferência de responsabilidade do Estado para o Terceiro Setor, evidencia-se uma área de atuação em que a sociedade se mobiliza para melhor conhecer, estudar e aprofundar-se neste tema. Sendo as Instituições de ensino os centros promotores do conhecimento, estas devem estar em sintonia com as modificações da sociedade.

Observa-se que na grande maioria dos acadêmicos pesquisados, a minoria deles contribuiu com as entidades de assistência social nos últimos 12 meses, apesar de se conhecerem e saberem da importância do trabalho dessas entidades para com a sociedade.

Por meio dos resultados, constatou-se que os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis possuem conhecimento da existência e atuação do Terceiro Setor. Além disso, consideram muito importante a prestação de contas como forma da entidade demonstrar transparência e credibilidade junto a seus doadores.

Em resposta à questão, que se propôs responder: qual a importância dada pelos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UFGD sobre a Prestação de contas das Entidades de Assistência Social de Dourados, verifica-se que a maioria dos acadêmicos considera a prestação de contas uma forma importante de demonstrar a transparência da entidade. De acordo com os resultados da pesquisa, a transparência é o principal motivo levado em conta na hora de se tornar doador da entidade.

Sendo este apenas um estudo exploratório, sugere-se a realização de futuras pesquisas sobre o tema. Estas podem verificar, por exemplo, se há diferença entre a importância dada pelo acadêmico do primeiro ano e do último ano do curso de Ciências Contábeis, averiguando o grau de conhecimento proporcionado pela instituição no que se diz respeito ao assunto estudado.

Além disso, este estudo contribui para o avanço de pesquisas relacionadas ao terceiro setor na Universidade Federal da Grande Dourados, haja vista a existência de poucos trabalhos publicados sobre este tema. Nesse sentido, esta proposta é uma forma de mostrar aos futuros profissionais as oportunidades advindas deste setor, bem como conscientizá-los sobre a importância da realização de um trabalho responsável e correto, contribuindo, assim, para a concretização e entendimento dessa nova realidade econômica e social do século XXI.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 20 de maio 2010.

_____. **Código Civil Brasileiro lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 20 de maio 2010.

_____. **Código Tributário Nacional Lei nº 5. 172**, de 25 de Outubro de 1966. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/codtributnaci/ctn.htm>> Acesso em 20 de maio 2010.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Manual de Procedimentos Contábeis e Prestação de Contas das entidades de interesse social / Conselho Federal de Contabilidade**. 2.ed. reimpr.- Brasília : CFC., 2008. Disponível em www.cfc.org.br/uparq/Manual_procedimentos2008.pdf. Acesso em 06/08/2010.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T.10.19.2.5**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1019.htm>>. Acesso em 06 de agosto 2010.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2 ed. São Paulo: Senac, 2002.

CRUZ, Cássia; OLAK, Vanessa Alves; CORRAR, Luiz João; SLOMSKI, Valmor. **Efeitos da Divulgação de Informações Contábeis Econômicas sobre as Doações Individuais para Entidades do Terceiro Setor: Um Estudo Experimental com Alunos de Ciências Contábeis**. In XXXII EnAnpad, 2008, Rio de Janeiro. Anais do XXXIX EnAnpad.

CRUZ, Cássia; OLAK, Vanessa Alves. **A Relevância da Informação contábil para os investidores Sociais privados de Entidades do Terceiro Setor no Brasil: Uma investigação**

Empírica. São Paulo: USP, 2010. 165 p. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor:** Um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo: USP, 1999.152 p. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Rubém César. **O que é o terceiro setor?** In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). 3º setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: GIFE/Paz e Terra, 1997.

GIMENES, Eder Rodrigo. **Transparência na Prestação de contas por Organizações do Terceiro Setor.** Maringá/PR, 2010, Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar - ISSN 1519.6178 (on-line) Departamento de Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá (UEM) Av. Colombo, 5790 - Campus Universitário 87020-900 - Maringá/PR - Brasil - Email: rev-urutagua@uem.br acesso em 10/08/2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; PEREIRA, Elias. **Dicionário de Termos de Contabilidade:** Breves definições, conceitos e palavras-chave de Contabilidade e Áreas Correlatas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, Emanuel Marcos. **Contribuição para apuração e evidenciação do resultado econômico das entidades sem fins lucrativos.** São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

MULLER, Aderbal Nicolas. **Contabilidade Básica:** Fundamentos Essenciais. São Paulo, Afiliada, 2010.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor).** São Paulo: Atlas, 2006.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor:** regulação no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2003.

SILVA, Vandrê Alex. **Profissionalização da gestão das entidades do terceiro setor de assistência social: um estudo de caso junto aos albergues de Londrina.**183 páginas. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Administração UEM/UEL) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VILANOVA, Regina Célia Nascimento. **Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor:** uma abordagem de gestão econômica. São Paulo, 2004. 167 p. Dissertação de Mestrado, pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.